

**Pergunta com pedido de resposta escrita E-002071/2019
à Comissão**

Artigo 130.º do Regimento

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL), Xabier Benito Ziluaga (GUE/NGL), Tania González Peñas (GUE/NGL), Estefanía Torres Martínez (GUE/NGL), Gabriele Zimmer (GUE/NGL), Ana Miranda (Verts/ALE), Javier Couso Permuy (GUE/NGL), Lynn Boylan (GUE/NGL), Matt Carthy (GUE/NGL), Bodil Valero (Verts/ALE), Barbara Spinelli (GUE/NGL), Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), Eleonora Forenza (GUE/NGL), Cornelia Ernst (GUE/NGL), Bart Staes (Verts/ALE), António Marinho e Pinto (ALDE), Stelios Kouloglou (GUE/NGL), Younous Omarjee (GUE/NGL), Marie-Pierre Vieu (GUE/NGL), Izaskun Bilbao Barandica (ALDE), Ernest Urtasun (Verts/ALE), Josep-Maria Terricabras (Verts/ALE), Sabine Lösing (GUE/NGL) e Jordi Solé (Verts/ALE)

Assunto: Escândalo das operações de espionagem e sabotagem contra opositores políticos em Espanha

Em Espanha, foi revelado um escândalo relacionado com a possível participação, direta ou indireta, dos partidos políticos do governo e de alguns elementos dos meios de comunicação social nacionais. Estes factos representam um ataque grave ao Estado de Direito e à participação política livre.

O escândalo implica operações de espionagem e sabotagem contra opositores políticos, alegadamente orquestradas pelo Ministério do Interior espanhol durante o mandato do antigo primeiro-ministro, Mariano Rajoy (Partido Popular), e levadas a cabo por altos funcionários da polícia, juntamente com alguns elementos dos meios de comunicação social nacionais.

A chegada de cinco deputados ao Parlamento Europeu do partido «Podemos», em 2014, com sondagens de opinião que indicavam o aumento do apoio a este partido nas eleições subsequentes, pode ser a razão subjacente a estas operações «de guerra suja».

A manipulação de elementos de prova para criar uma campanha de difamação e o roubo de um telemóvel de um assistente parlamentar de Pablo Iglesias dias após ter deixado o seu cargo no Parlamento Europeu fazem parte desta série de acontecimentos que se tornaram conhecidos como os «segotos do Estado espanhol».

Atendendo a esta violação flagrante dos direitos fundamentais e do Estado de Direito em Espanha, que medidas tenciona a Comissão tomar, enquanto garante do respeito pelos valores e pela legislação da UE?